

Vida pós resgate: quebrando o círculo vicioso do trabalho análogo à escravidão

Life after slavery: breaking the vicious cycle of labour analogous to slavery

Vitor Araújo Filgueiras
Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Salvador, BA, Brasil.

Rafael Vieira da Silva
Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Salvador, BA, Brasil.

Ivan Siqueira Barreto
Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Salvador, BA, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 07/12/2025

Aceito em 31/03/2026

 <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2026.n267.p261-283>

Copyright (c) 2025 Vitor Araújo Filgueiras
Rafael Vieira da Silva
Ivan Siqueira Barreto.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; SILVA, Rafael Vieira da; BARRETO, Ivan Siqueira. Vida pós resgate: quebrando o círculo vicioso do trabalho análogo à escravidão.

Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.

Salvador/Recife, v. 51, n. 267, p. 261-283, jan./abr. 2026.

DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2026.n267.p261-283>

Resumo

O combate ao trabalho análogo à escravidão no Brasil, em que pesem os diversos limites e desafios, se consolidou ao longo das últimas décadas, buscando punir empregadores e resgatar as vítimas de condições de exploração extrema. Contudo, não foram construídas políticas públicas que dessem alternativa consistente de vida aos trabalhadores após o resgate. Esse é um fator importante para entender a elevada reincidência das vítimas. O projeto Vida Pós Resgate se apresenta como solução para mudar estruturalmente essa situação, sem impacto ao orçamento público ou necessidade de alteração legal. A proposta é que, em todos os resgates, seja avaliada a viabilidade de promoção de associações rurais entre os trabalhadores, preferencialmente em seus locais de origem, para a produção de alimentos saudáveis. O projeto já está em execução, apoiando 15 unidades produtivas, por meio de uma parceria entre a Fundacentro (Ministério do Trabalho), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas (UFMG). O projeto fomenta todo o ciclo produtivo, desde o preparo da terra, aquisição de insumos e animais e demais meios necessários à promoção da produção associada, via destinação de recurso de danos morais coletivos oriundos de procedimentos administrativos e judiciais, e parcerias com entes públicos e da sociedade civil.

Palavras-chave: trabalho análogo à escravidão; políticas públicas; emancipação dos trabalhadores.

Abstract

The fight against labour analogous to slavery in Brazil, despite its various limits and challenges, has consolidated over the past decades, aiming to punish employers and rescue victims from extreme exploitation. However, no public policies have been developed to offer rescued workers consistent livelihood alternatives. This is a key factor behind the high recurrence of victims returning to slave-like conditions. The Life After Slavery Project emerges as a structural solution to this issue, requiring no budgetary impact or legal amendments. It proposes the assessment, in every rescue operation, of the feasibility of forming a worker association, preferably in their place of origin, to produce healthy food. The project is already being implemented through a partnership between Fundacentro (Ministry of Labor), the Federal University of Bahia (UFBA), the Labour Public Ministry (MPT), and the Slave Labor and Human Trafficking Clinic (UFMG). It provides land, inputs, and the necessary means to support cooperative production, financed by collective moral damages from administrative and judicial proceedings (the material part of the policy), and strengthened through partnerships with public entities (such as municipalities, state secretariats, and Embrapa) and civil society.

Keywords: labor analogous to slavery; public policy; emancipation of workers.

INTRODUÇÃO

Desde 1995, mais de 60 mil pessoas foram resgatadas em condições análogas à escravidão pelo Estado brasileiro (Brasil, 2025), sem que haja qualquer sinal de redução da prática desse crime no país. Nesse cenário, muitos trabalhadores são reiteradamente vítimas de exploração extrema. Dados do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil revelaram que 613 trabalhadores, entre 2003 e 2017, foram resgatados ao menos duas vezes (Organização Internacional do Trabalho, 2018). Isso diz respeito apenas àqueles que obtiveram Seguro Desemprego. Pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou que 59,7% dos resgatados, entre outubro de 2006 e julho de 2007, indicaram que já haviam passado por essa situação anteriormente (Dandrade, 2011).

A reincidência mostra que o círculo vicioso da exploração é alimentado pela perpetuação da vulnerabilidade social das pessoas resgatadas, indicando a necessidade de implementação de políticas públicas eficazes de apoio às vítimas do trabalho análogo à escravidão. De fato, se por um lado existe um aparato estatal, construído ao longo de décadas, que envolve fiscalização, forças policiais e procedimentos civis e criminais para a repressão dos criminosos¹, por outro, não há políticas públicas consistentes que ofereçam alternativas de vida digna e sustentável aos trabalhadores resgatados.

O objetivo do presente texto é apresentar e analisar o Projeto Vida Pós Resgate como ferramenta de transformação estrutural da vida dos trabalhadores resgatados. Trata-se de uma política pública que promove a formação de associações rurais pelos trabalhadores, preferencialmente em seus locais de origem, para a produção de alimentos saudáveis. Ela nasce de projeto de pesquisa e extensão na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e atualmente é desenvolvida por uma rede de instituições, sob coordenação da Fundacentro (Ministério do Trabalho), já tendo fomentado a formação e apoio ao desenvolvimento de 10 associações em 15 unidades produtivas.

O argumento principal aqui apresentado é que, por ser uma solução radical contra a exploração do trabalho, o Vida Pós Resgate viabiliza alternativas estruturais às vítimas de exploração. Justamente por ter tal natureza, o projeto enfrenta desafios das mais variadas ordens, particularmente a cultura do assalariamento. Ainda assim, o sucesso inicial da maioria das associações indica que, encarando os obstáculos de maneira consistente, é possível construir alternativas estruturais contra a exploração do trabalho, com baixo custo e alto potencial de multiplicação.

¹ Em que pesem as muitas limitações e dificuldades enfrentadas em diversas frentes por essa regulação sobre os criminosos. Ver, dentre muitos, Filgueiras (2014).

Além da revisão sobre as políticas públicas já existentes no país, o presente texto se baseia em dados e materiais primários, visitas *in loco* e a experiência acumulada ao longo do processo de implementação da política para descrever seus avanços, desafios e potencialidades.

O artigo está dividido em cinco seções. Na primeira o problema apresentado em contexto histórico, articulando questões socioeconômicas estruturais às vias de tratamento por via de políticas públicas. Na segunda é exposto o projeto Vida Pós Resgate, sua forma e conteúdo, concepção e objetivos. Na terceira seção, de forma detalhada, as experiências concretas promovidas pelo projeto Vida Pós Resgate são relatadas. Na quarta são expostos os desafios sistematizados a partir do desenvolvimento prático do projeto. A quinta e última seção manifesta as considerações finais.

O PROBLEMA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, opera um Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) há mais de três décadas. Esse grupo é formado por instituições públicas, incluindo o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal. O principal objetivo do GEFM é identificar e resgatar trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. Essa política pública enfrentou inúmeros desafios, mas demonstrou resiliência ao longo do tempo, sendo necessário reconhecer seu êxito na investigação de atividades criminosas e no resgate de indivíduos em situações extremas de exploração em todo o Brasil.

Por outro lado, a situação dos trabalhadores após o resgate tem recebido atenção inadequada, particularmente no que concerne às suas alternativas de vida. Normalmente, os trabalhadores recebem seus salários e outros direitos que as empresas são obrigadas a pagar, mas esses valores são frequentemente temporários.

O resgate de trabalhadores em situação de exploração extrema é, sem dúvida, uma ação fundamental. No entanto, até muito recentemente, nenhuma política consistente foi adotada para dar opção estrutural de vida a essas pessoas.

Eram três as principais políticas públicas de apoio aos trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão.

A primeira, em nível federal, implementada no ano de 2002, por meio de uma alteração na lei 7.998 de 11 de janeiro de 1990, é a concessão de três parcelas do benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo cada, para trabalhador resgatado em condições análogas à escravidão ou submetido a regime de trabalho forçado.

A segunda política é o chamado Projeto Ação Integrada (PAI), uma iniciativa estadual, implementada primeiramente no estado do Mato Grosso, a partir de 2009, por meio da parceria entre

Sindicato dos Auditores do Trabalho, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), OIT e Ministério Público do Trabalho (MPT), dentre outras entidades. Posteriormente, o PAI foi implementado em outros estados, assistindo resgatados ou pessoas vulneráveis por meio de ações como cursos de qualificação profissional, atividades de sensibilização, mobilização e palestras com o objetivo de melhorar a (re)inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

O PAI do Mato Grosso ofereceu cursos de qualificação a 106 trabalhadores resgatados entre 2009 e 2017. Destes, 72 foram qualificados no período de expansão econômica (2009 a 2014), o que representa 67,90%, e 34 trabalhadores (32,1% do total) no período de crise da economia (2015 a 2017). Com relação aos trabalhadores qualificados no período de expansão das atividades produtivas, 79,17% conseguiram emprego formal após a realização do curso. Entretanto, em 2018, apenas 25% deles estavam formalmente empregados. No que concerne aos trabalhadores que foram qualificados no período de crise, 52,94% obtiveram emprego formal após a participação no curso, mas menos de um terço se mantinham formalmente empregados em 2018.

Esses resultados são muito parecidos com os obtidos pelos trabalhadores resgatados que não passaram pela qualificação. Desde 2007, dos trabalhadores resgatados não qualificados pelo PAI e rastreados pelo Projeto Vida Pós Resgate, 462 (78,71%) conseguiram emprego formal. Porém, em 2018, 71,89% dos não qualificados estavam desempregados ou não possuíam carteira assinada. Ou seja, quando a economia cresceu – e, com ela, os empregos –, a maioria dos trabalhadores, qualificados ou não pelo PAI, conseguiu uma ocupação. Quando veio a crise, a grande maioria desses mesmos trabalhadores, qualificados ou não, ficou desocupada.

Políticas de formação e qualificação são importantes, pois possibilitam ao trabalhador entrar na competição do mercado de trabalho para pleitear um posto de trabalho numa situação menos desfavorável. Contudo, seu próprio objetivo constitui sua principal limitação. E trata-se de uma limitação estrutural: por focar a oferta de trabalho, depende completamente da dinâmica econômica, particularmente da demanda por força de trabalho, para ser bem-sucedida. Por mais qualificados que sejam os trabalhadores, eles permanecem à mercê do desempenho do mercado de trabalho.

Portanto, persiste uma vulnerabilidade estrutural dos trabalhadores em relação a suas possibilidades de reprodução física e social que constitui o fundamento das práticas criminosas que atingem aqueles que vivem do trabalho. Essa debilidade é comum a qualquer programa de qualificação que pretenda resolver o problema do emprego, pois o foco reside em quem não tem poder para determinar a existência ou não do posto de trabalho.

A terceira política consiste na atuação das Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAEs), que têm assumido diferentes papéis no acolhimento de trabalhadores resgatados, a depender de cada estado, como encaminhamento das vítimas para programas sociais.

Em suma, no Brasil, há políticas públicas nacionais e consolidadas (mesmo que limitadas) de combate ao trabalho análogo ao escravo pelo lado da demanda (regulação dos empregadores), mas não da oferta (alternativas aos trabalhadores). O Projeto Vida Pós Resgate busca preencher essa lacuna, complementando a matriz de combate ao trabalho análogo à escravidão no país.

Uma solução para os trabalhadores resgatados

Em pesquisa realizada pela OIT, trabalhadores resgatados foram questionados sobre: “qual seria a solução para o problema deles (trabalhadores)”. As respostas se dividiram da seguinte forma: a) ter terra para plantar (46,10%); b) ter um comércio (26,90%); c) ter emprego rural registrado (13,50%); d) ter um emprego na cidade (13,50%). Somando-se às indicações “a” e “c”, 59,60% dos trabalhadores resgatados em condição análoga à de escravo almejam o trabalho na terra (Organização Internacional do Trabalho, 2011).

No Brasil, os dois Planos Nacionais de Erradicação do Trabalho Escravo propõem a formulação da agenda e das políticas públicas contra o trabalho escravo, dentre as quais, o acesso à terra. A construção de alternativas de renda, a formação, o acesso à terra, prioritariamente nos municípios de origem das vítimas, são previstos no II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no país (ações 32 e 33), bem como a aplicação do valor de multas e indenizações por danos morais em projetos de prevenção ao trabalho escravo (ação 46) (Brasil, 2008).

Em outubro de 2016, o Brasil sofreu a primeira condenação junto à ordem internacional em matéria de escravidão e tráfico de pessoas, no caso da Fazenda Brasil Verde/Pará. Na sentença, consta no item da responsabilidade do Estado brasileiro, entre outras coisas, a obrigação de adotar medidas de proteção e assistência às vítimas (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2016).

Portanto, considerando as demandas dos próprios trabalhadores, as normas nacionais, internacionais e as obrigações assumidas pelo Estado brasileiro quanto à erradicação do trabalho análogo ao escravo no país, estavam colocadas condições para uma política pública eficaz que contemplasse:

- 1- Promover alternativas para que os trabalhadores deixem de depender da conjuntura do mercado de trabalho para sobreviver e mantenham sua trajetória de vida ligada às atividades rurais, em condições autônomas.
- 2- Uma alternativa estrutural, mas ao mesmo tempo factível e pragmática de enfrentamento do trabalho análogo ao de escravo, inicialmente sem impacto orçamentário ou necessidade de alteração legal.

- 3- Dar condições para que essas pessoas se integrem em sistemas produtivos sustentáveis de forma autônoma (preferencialmente em seus locais de origem), com recursos de ações civis públicas ou de termos de ajustamento de conduta, em regime de trabalho familiar ou associativo, sem existência de vínculos de subordinação.

É justamente para materializar esse conjunto de diretrizes que surgiu o Projeto Vida Pós Resgate.

O PROJETO VIDA PÓS RESGATE

No ano de 2017, surgiu o projeto “Vida Pós Resgate”, uma parceria entre a Faculdade de Economia da UFBA e a Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, que tinha como finalidade inicial entender o destino dos trabalhadores resgatados em condição análoga à de escravo no Brasil, particularmente no estado do Mato Grosso, a partir da análise dos dados referentes ao PAI.

Os objetivos gerais do projeto eram: 1) mapear detalhadamente a situação empregatícia dos trabalhadores resgatados em condições análogas à de escravos no Mato Grosso, entre 2003 e 2017; 2) construir subsídios para empreendimentos alternativos baseados na emancipação dos trabalhadores frente às vicissitudes do mercado de trabalho e na promoção de práticas ecologicamente sustentáveis; 3) colaborar com a análise e eventuais ajustes ou mudanças nas políticas públicas existentes para a assistência dos trabalhadores resgatados.

Após a conclusão da sua fase investigativa, o projeto se dedicou à viabilização da proposta de uma nova política pública, cujo objetivo definido passou a ser a criação, organização e desenvolvimento de associações, para a produção de alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis (agroecológicos), pelos trabalhadores resgatados e suas famílias. Essas associações seriam estabelecidas preferencialmente nos locais de origem das vítimas, que participariam de todo o processo de formação e maturação dos empreendimentos, contando com o apoio do Estado até que pudessem operar de modo autônomo.

Os pressupostos fundamentais para as associações promovidas pelo Vida Pós Resgate são: 1) que as relações de trabalho sejam democráticas (não haja assalariamento) e 2) o processo produtivo tenha como norte o manejo agroecológico dos recursos naturais. Assim, além de buscar a sustentabilidade do ponto de vista da reprodução social dos trabalhadores envolvidos, os empreendimentos devem se basear em formas sustentáveis de produção em relação ao meio ambiente e à saúde coletiva. Dessa forma, promove-se a saúde de produtores, comunidades e consumidores.

No que concerne aos objetivos econômicos, o projeto procura criar condições de desenvolvimento incremental das atividades produtivas, que podem começar com perfil híbrido entre subsistência e escoamento do excedente de produtos *in natura*, mas comportam eventuais escaladas nas cadeias de valor à medida que o empreendimento se desenvolve (para processamento e maior sofisticação). Para tanto, busca-se orientar culturas de ciclo curto, consorciadas a outras emanadas de ciclo médio, adaptadas aos biomas locais e disposição de terras.

Trata-se de política pública para oferecer condições de vida dignas e sustentáveis às pessoas resgatadas em situação análoga à escravidão no país, por meio da formação e viabilização de associações para a produção de alimentos saudáveis pelos trabalhadores resgatados. O programa é integral, começando com a identificação de interesse no momento do resgate, até a facilitação da comercialização dos produtos finais da associação.

Para a realização material dos empreendimentos (aquisição ou capitalização da terra, máquinas, instalações, insumos, etc.), o projeto utiliza recursos oriundos de danos morais coletivos pagos por infratores em procedimentos administrativos e processos judiciais. Atualmente, os recursos são depositados e sua gestão financeira efetuada por fundação pública, garantindo o respeito a todos os princípios da administração pública. Complementarmente, parcerias com entes públicos e da sociedade civil podem contribuir materialmente com as associações.

As atividades de formação e capacitação técnica e organizativa, para que os associados se engajem e se apropriem do empreendimento, são realizadas tanto diretamente pela equipe do projeto, quanto através de parcerias com municípios e instituições como Embrapa e Sebrae – esta última pode participar desta função, assessorando os associados, por exemplo, sobre práticas saudáveis de organização do trabalho (como a conscientização contra o uso de agrotóxicos) e capacitação para a adoção de medidas de proteção contra acidentes. O projeto também busca garantir acompanhamento técnico à atividade em todas as suas etapas, bem como promover mecanismos para o escoamento da produção, especialmente por programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ao longo do tempo, o Vida Pós Resgate foi sendo delineado, e o planejamento para a viabilização das associações estabelecido. Desse modo, a realização de cada empreendimento contempla, dentre outros, os seguintes passos:

- a) abordagem dos trabalhadores, levantamento e análise da viabilidade da criação de associação em cada caso de resgate;
- b) reuniões e ações preparatórias para o empreendimento (amadurecimento e definição do objeto e das características da associação e protocolos burocráticos para sua formação);

- c) compra da terra para a associação (ou utilização de terrenos de propriedade dos próprios resgatados em regime de comodato gratuito para a associação), preferencialmente no local de origem dos trabalhadores, de acordo com características técnicas e as preferências dos associados;
- d) compra/instalação de meios necessários à implementação da produção, como insumos, máquinas, equipamentos, instalações, através de recursos oriundos de danos morais coletivos pagos por infratores em procedimentos administrativos e processos judiciais;
- e) após o início das atividades preparatórias (como realização de obras e preparação dos terrenos), pagamento de algumas parcelas mensais de ajuda de custo aos associados para apoiar seu engajamento e viabilizar providências operacionais (como aquisição de insumos) antes do início das atividades diretamente produtivas;
- f) promoção de formas estáveis de distribuição dos produtos da associação, particularmente por meio dos mercados institucionais, como programas de alimentação escolar;
- g) preparação e formação técnica/social/organizativa dos trabalhadores envolvidos para a realização do empreendimento e acompanhamento do desenvolvimento da associação.

No início de 2023, concluiu-se que o Vida Pós Resgate estava maduro o suficiente para ser incorporado como programa permanente pelo Poder Executivo Federal, quando passou a ser coordenado pela Fundacentro (Ministério do Trabalho).

Em 2025, após tratativas entre UFBA, MPT, Fundacentro e a Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi formada uma equipe central para adotar as medidas necessárias à execução do Vida Pós Resgate (tanto as ações diretas, quanto a articulação com outras instituições), permitindo a expansão do projeto para um total de 10 associações fomentadas, que contemplam 15 unidades produtivas.

A equipe central é composta por 15 pessoas, incluindo agrônomos, veterinário, zootecnista, administrador, advogados, dentre outras áreas de especialização.

Outras instituições apoiam decisivamente o Vida Pós Resgate, como as prefeituras dos municípios, o Sebrae, a Embrapa, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), colaborando na identificação de grupos, na formação dos associados ou em aspectos técnicos dos empreendimentos.

ASSOCIAÇÕES APOIADAS PELO VIDA PÓS RESGATE

Atualmente, o Vida Pós Resgate apoia 10 associações de trabalhadores localizadas nas cidades de Aracatu/BA, Una/BA, Conceição do Coité/BA, São Domingos/BA, Monte Santo/BA, Várzea Nova/BA, São Gabriel/BA, Bonito/BA, Berilo/MG e Chapada do Norte/MG, contemplando 15 unidades produtivas.

O Vida Pós Resgate iniciou a implementação dos primeiros pilotos no segundo semestre de 2021. Foram identificados dois casos que se adequaram aos requisitos para o desenvolvimento do Projeto, com trabalhadores oriundos do sudeste baiano (Una) e de Aracatu, também na Bahia.

As duas primeiras associações fomentadas pelo projeto, uma no município de Aracatu/BA (25 associados) e outra no município de Una/BA (12 associados) estão em fase avançada de implementação, com as associações já formadas e orçamentos completos. Em Una, uma fazenda foi adquirida para a associação. Em Aracatu, o projeto está sendo implementado em 3 terrenos disponibilizados para a associação pelos próprios trabalhadores, modalidade que tem sido replicada com sucesso em outras associações.

Essas experiências serviram como fonte de grande aprendizado para a compreensão, a análise e o encaminhamento de soluções para os diversos desafios burocráticos, organizacionais, relacionais, técnicos e jurídicos que compõem essa política pública - da mobilização dos resgatados aos trâmites da formalização da associação, passando pela captação de recursos, relação com os associados, seleção do terreno, articulação com outras instituições, elaboração do projeto de processo produtivo, etc.

A partir dessas experiências iniciais, observam-se caminhos que combinam continuidade e especificidades próprias em cada associação, refletindo tanto os princípios estruturantes do projeto quanto as dinâmicas e condições de cada território. As subseções a seguir apresentam cada uma das associações fomentadas pelo projeto.

Aracatu

A Associação Agroecológica de Aracatu Bahia (AAGROAB) é composta por trabalhadores(as) resgatados(as) em condições análogas à escravidão e seus familiares e possui 25 associados que se dividem em três unidades produtivas. Sediada no município de Aracatu (próximo a Vitória da Conquista), a AAGROAB tem todas suas unidades produtivas localizadas na zona do rural do município. Seus membros resgatados foram submetidos a condições análogas à escravidão na colheita de café no interior de São Paulo.

As primeiras conversas do Vida Pós Resgate com os trabalhadores ocorreram no segundo semestre de 2021, em Aracatu, logo após o resgate. A formação da associação, as possíveis culturas

e criações, e o modo de organização do trabalho, foram alguns dos tópicos discutidos até a formação da entidade, preparando os trabalhadores para esse modelo de organização coletiva.

A associação foi formalizada no primeiro semestre de 2022, e muitas discussões e análises técnicas sobre a viabilidade econômica foram realizadas por associados, integrantes do projeto e instituições parceiras, levando particularmente em consideração os desafios hídricos da região.

Após várias deliberações, concluiu-se que deveria ser adquirido um terreno para a produção inspirada no sistema Embrapa, integrando hortaliças, peixes e aves. Aqui se revelou um dos grandes desafios do Vida Pós Resgate: comprar um terreno com situação jurídica regular para as associações. Na busca por propriedades, poucos terrenos tinham escrituras. Quando havia escritura, muitos tinham dívidas ou pendências documentais. Mesmo quando totalmente regularizadas, as propriedades frequentemente estavam submetidas a indefinição ou disputa entre herdeiros. Deste modo, apesar dos esforços do Projeto, não foi possível encontrar terreno regularizado para aquisição, o que fez com que a opção de utilização de terrenos de propriedade dos próprios associados fosse adotada.

Desta forma, em meados de 2023 foram iniciadas as atividades em terrenos das próprias famílias, cedidos à AAGROAB pelo instrumento jurídico do comodato de imóvel rural, começando com a produção de hortaliças (quiabo, milho, abóbora, tomate, alface, etc.), posteriormente sendo adotada a produção de ovos (a partir da criação agroecológica de galinhas caipiras). Os trabalhos contam com a orientação técnica de viés agroecológico da equipe central do Vida Pós Resgate, contando também com o apoio da prefeitura local.

Desde a sua fundação, a AAGROAB tem recebido apoio de instituições parceiras, com várias viagens das lideranças para formação, intercâmbio e apresentação do projeto, oficinas temáticas e capacitações variadas realizadas pelo Sebrae, pela prefeitura, ONGs e por integrantes do Vida Pós Resgate. Com o auxílio da prefeitura, a associação conseguiu fazer seu registro no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) como pessoa jurídica, permitindo o acesso a políticas públicas de apoio, como financiamento e participação em editais.

O Vida Pós Resgate tem auxiliado a AAGROAB na participação em editais, preparando-os para entrevistas e auxiliando-os na sistematização de informações e no preenchimento de formulários e questionários. No segundo semestre de 2024, a associação foi selecionada para receber um apoio no valor de U\$ 20.000,00 (vinte mil dólares) do *Survivor Leadership Fund* (fundo que apoia organizações lideradas por resgatados do trabalho escravo) para desenvolvimento de suas atividades. O recurso foi utilizado, dentre outras coisas, para a perfuração de poços artesianos nos 3 terrenos, compra de insumos e materiais de construção para expansão das atividades produtivas da associação.

O Vida Pós Resgate forneceu os materiais e equipamentos necessários para o início do processo produtivo nos terrenos, como caixas d'água, materiais de construção, bombas centrífugas,

fitas de gotejamento, mangueiras e encanamento para irrigação, roçadeira, calcário, equipamentos de proteção individual, enxadas, sombrites, carrinhos de mão, motocultivador, sementes diversas, dentre várias outras entregas para a associação.

Também foi realizada análise de solo dos terrenos e oferecido apoio técnico para o planejamento da produção a partir de visitas e de reuniões periódicas com os associados. Os associados trabalharam nas construções a partir dos materiais entregues pelo projeto, contando com o apoio técnico da prefeitura e da equipe do Vida Pós Resgate para execução das estruturas planejadas, como as granjas e as bases para as caixas d'água.

A criação agroecológica de galinhas caipiras teve início nas três unidades produtivas da AAGROAB no final de março de 2025. Em julho de 2025, a produção de ovos se iniciou de forma intermitente, estabilizando-se ao longo dos meses seguintes para todos os terrenos. Com isso, os associados já iniciaram a comercialização para o mercado local, gerando renda para eles próprios e para o reinvestimento na continuidade da produção. Neste período, também foi possível avançar na perfuração e instalação de poços artesianos (com energia solar) em cada uma das três unidades produtivas, solucionando os desafios hídricos e ampliando as possibilidades de plantio e, com isso, de expansão das atividades da associação.

Una

O caso em que o apoio do Vida Pós Resgate a uma associação de trabalhadores resgatados encontra-se mais avançado ocorre no município de Una. Trata-se da Associação Vida Pós Resgate da Região do Cacau da Bahia (Vidacacau), formada por trabalhadores resgatados nas cidades baianas de Ilhéus e Cabralia, e seus familiares, após mediação realizada pelo Ministério Público do Trabalho.

A Vidacacau foi fundada e registrada em setembro de 2022 e, a partir daí, iniciou-se a busca por um terreno na região em que os associados pudessem desenvolver suas atividades produtivas, tendo como foco inicial a produção de cacau, complementada por outras culturas de ciclo curto. A compra de uma terra para a associação ocorreu em apenas um ano, tempo extraordinário quando considerado o intervalo médio em experiências de assentamento rural por Crédito Fundiário ou Programas de Reforma Agrária. A terra adquirida foi cuidadosamente avaliada pela equipe técnica do Vida Pós Resgate, com energia elétrica, duas fontes naturais de água e solo fértil (comprovada a partir de análises laboratoriais), portanto, apta para os desenvolvimentos produtivos planejados.

Com a terra à disposição da associação, o projeto ofereceu apoio técnico para o planejamento da produção a partir de visitas e reuniões frequentes com os associados. A Vidacacau também contou com o apoio da prefeitura em aspectos técnicos, sociais e materiais, como na preparação do solo para o plantio. Também foram fornecidos materiais de construção para reforma das edificações existentes

na terra, além de materiais para a construção de novas edificações. Além disso, o Vida Pós Resgate enviou profissionais em diferentes ocasiões para orientar os associados nas reformas e construções.

Com o foco da associação no cultivo do cacau, o Vida Pós Resgate articulou com o governo da Bahia a entrega de 5000 mudas de cacau para a associação, instruindo os associados no cultivo dessas mudas de alto valor comercial. Para oferecer variedade à produção, também foram entregues 1500 mudas micropropagadas de banana prata e 300 mudas de banana da terra. Para o plantio, o projeto adquiriu calcário dolomítico para correção da acidez do solo e adubo para manutenção da fertilidade.

Contudo, a associação Vidacacau é marcada por conflitos internos e desmobilização generalizada. Os conflitos entre os associados começaram em 2023, com graves acusações e ameaças, que impossibilitaram, por meses, que o Vida Pós Resgate e seus parceiros pudessem manter as atividades previstas para auxiliar a associação - técnicos, agentes de saúde e motoristas tiveram receio de visitar a área em virtude de tais posturas agressivas. As atividades ficaram suspensas entre novembro de 2023 e janeiro de 2024. Com o intuito de dirimir os conflitos, o projeto contou com apoio do poder público municipal, em especial da secretaria de assistência social.

O Vida Pós Resgate forneceu aos associados aves, equipamentos, telas, bebedouros, madeiras, telhado, vacinas e ração para a criação agroecológica de galinhas por parte da associação, orientando os associados em todos os aspectos do empreendimento. A proposta rapidamente foi desvirtuada pelos próprios associados, que escolheram não avançar na construção das estruturas adequadas e fragmentaram as aves, posteriormente abandonando a criação.

Apesar do fornecimento de materiais de construção diversos, os associados abandonaram os planos de reforma e construção que haviam sido acordados com o projeto desde a chegada na fazenda. Diante dessa desmobilização, o projeto adquiriu 7 módulos habitacionais para suprir as necessidades de moradia no local. Ainda assim, na última visita do projeto à fazenda, constatou-se o afastamento da vida na terra por parte da maioria dos associados.

A associação Vidacacau exemplifica os desafios de diversas ordens que se apresentam desde o resgate até as diferentes etapas de fomento das associações. O projeto apoiou a associação em todas as frentes, mas a garantia do sucesso da associação depende, em última instância, da mobilização dos associados.

O caso da Vidacacau serviu como lição em vários aspectos para a formação e condução das ações do Vida Pós Resgate, mostrando que, mesmo no cenário mais favorável (com terra fértil, água, energia materiais, insumos e apoios diversos), existem premissas chaves para o sucesso de qualquer associação. Em particular, a avaliação cuidadosa do perfil e das aspirações do grupo potencial que formará a associação, e a condução impessoal e com ações sistemáticas de incentivo e conscientização para a mobilização das pessoas que compõem a entidade.

Território do Sisal

Na Região Sisaleira da Bahia, o Vida Pós Resgate começou suas atividades em meados de 2023, com o fomento de três associações formadas por trabalhadores resgatados e seus familiares.

Em março de 2023, integrantes do Vida Pós Resgate estiveram em encontro organizado pelo governo da Bahia com funcionários de prefeituras e trabalhadores resgatados em vinícolas gaúchas que residem em Monte Santo, Serrinha, São Domingos e Conceição do Coité. No encontro, o projeto foi apresentado, enfatizando seus pressupostos, objetivos, histórico e lógica de funcionamento. Em seguida, foram formados grupos, por cidades, para ouvir mais dos trabalhadores, especialmente sobre seus locais de origem, experiência no trabalho rural e aspirações futuras. A partir desse diálogo, a criação de ovinos foi a hipótese priorizada pelos próprios trabalhadores para ser a atividade produtiva principal das possíveis associações.

Ao longo dos meses seguintes, foram realizadas tratativas para amadurecer as possibilidades de implementação do Vida Pós Resgate nos referidos municípios, tanto com os trabalhadores, quanto com as prefeituras, cuja participação é condição necessária para a viabilidade do projeto. Após muitas reuniões e trâmites, foram os trabalhadores e prefeituras de Monte Santo, Conceição do Coité e São Domingos que demonstraram interesse e o projeto iniciou o seu fomento nesses locais. Com a formalização dos termos de cooperação entre o MPT e cada uma das prefeituras, viagens periódicas começaram a ser realizadas pelo projeto para reuniões, atividades formativas com os trabalhadores e visitas a possíveis terrenos para as associações. Além disso, instituições parceiras ofereceram oficinas de capacitação aos resgatados, com a eventual reunião de fundação de cada uma das associações e o avanço com os procedimentos burocráticos subsequentes para a formalização.

A criação de ovinos, inicialmente para produção de carne, que foi definida como a atividade produtiva central das três associações, depende de três elementos básicos: 1) a construção de aprisco para a acomodação dos animais; 2) a disponibilidade de alimentos e insumos veterinários; e 3) a aquisição dos borregos, como são chamados os filhotes dos ovinos. Os ovinos são mantidos em aprisco durante 3 meses para engorda, com fornecimento diário de ração balanceada e água, e ao final do período são comercializados.

O aprisco adotado para a criação dos ovinos é térreo, dividido em 4 áreas de criação com espaços cobertos e descobertos (solário), separados por um corredor central para auxiliar no manejo alimentar e sanitário dos animais. A área total utilizada para o aprisco foi de 418m², e cada espaço de criação conta com 49,5m² de área coberta e 44m² de solário, permitindo abrigar até 200 borregos. Também foi construído um depósito para acondicionar a alimentação dos animais e demais utensílios utilizados na criação dos ovinos. A elaboração do projeto contou com o apoio da Embrapa e das prefeituras dos municípios.

Os integrantes do projeto se reuniram em diversas ocasiões com associados para orientar sobre a formação de grupos, rotinas de trabalho, separação de funções e para planejar a execução da construção do aprisco e os procedimentos para criação dos animais. Também foram realizadas visitas por integrantes da Fundacentro para orientações sobre temas de saúde e segurança dos trabalhadores.

Os animais e os insumos foram viabilizados pelo Vida Pós Resgate no primeiro ciclo de engorda, garantindo o início da produção animal. O desenvolvimento da produção é realizado pelos associados, que se dividem em escalas de trabalho. Como forma de reduzir perdas econômicas e apoiar as associações, ações e treinamentos são realizados por médicos veterinários para capacitar os associados na aplicação das medidas sanitárias profiláticas necessárias no manejo desses animais.

A alimentação, acompanhada por zootecnista do projeto, é baseada em 14 dias de adaptação à dieta concentrada, quando são utilizadas forragens de resíduo de sisal e feno, e posteriormente são ofertados apenas o grão de milho inteiro e ração peletizada de alto grão. Nas três associações há plantações (como palma e milho) que servem para reduzir a dependência de insumos externos para a alimentação dos animais. Também está em desenvolvimento a utilização de resíduos de sisal para composição da dieta alimentar dos animais criados, garantindo a circulação sustentável dos insumos do processo produtivo da associação. Os associados são incentivados a buscar fontes alternativas de alimentação para os animais, de modo a reduzir os custos e manter a produção autossuficiente. Na mesma direção, avalia-se a criação de uma reprodução endógena do rebanho.

Todas as três associações já foram bem-sucedidas em realizar vendas de borregos, seja para compradores locais ou de outros municípios. Um marco importante da consolidação do negócio foi o estabelecimento de uma parceria com frigorífico localizado no município de Pintadas, garantindo um parceiro estável na compra dos animais e possibilitando o desenvolvimento desses negócios das associações como referência na região.

A Associação Vida Pós Resgate no Sertão foi fundada em agosto de 2023 no município de Monte Santo e conta com 12 associados. O terreno cedido gratuitamente à associação por um dos associados fica localizado em Pedra Vermelha, distrito de Monte Santo. Nele, o aprisco foi construído e o primeiro lote de animais foi entregue pelo Vida Pós Resgate no primeiro semestre de 2025. Desde então, a associação já vendeu vários lotes de animais, já realizou compras de animais autonomamente com os recursos das vendas e tem se estabelecido como referência na criação de ovinos, sendo elogiada pelos compradores pela qualidade dos animais.

Já a Associação Vida Pós Resgate Coité do Sisal, fundada em outubro de 2023, conta com 9 associados e se situa em Conceição do Coité, mais especificamente no distrito de Salgadália. Assim como nas outras associações, as atividades de fomento do Vida Pós Resgate são complementadas pelas parcerias com o Sebrae, a Embrapa e a Secretaria de Agricultura dos municípios, realizando, por

exemplo, cursos formativos para os associados. Esta associação também realizou já realizou vendas de lotes de animais e tem se destacado na região por esse empreendimento, recebimento elogios similares aos recebidos pela associação situada em Monte Santo.

Por fim, a Associação Caminho do Futuro está sediada no município de São Domingos e é formada por trabalhadores que foram resgatados majoritariamente no estado de Goiás. Sua fundação foi realizada em dezembro de 2023 e possui 9 associados. Destaca-se que a construção do aprisco dessa associação foi possibilitada por uma atividade cooperativa em que trabalhadores da associação situada em Conceição do Coité viajaram à São Domingos para auxiliar no andamento das obras. Assim como as outras associações, esta também já fez vendas de lotes de animais e está começando a se destacar na região, também recebendo elogios pelos produtos entregues. O planejamento e a reprodução do que tem dado certo em uma associação nas outras aparecem como fatores explicativos para a boa avaliação que as três associações têm recebido de atores diversos.

O Vida Pós Resgate entregou um caminhão para transporte de insumos e animais das associações do Território do Sisal. Com o uso compartilhado desse caminhão pelas associações, não só os gastos com frete e logística são drasticamente reduzidos, mas também se promove uma oportunidade de cooperação entre associações, fomentando o diálogo e a parceria entre esses empreendimentos de mesma origem social na questão do combate ao trabalho análogo à escravidão. Assim, as três associações criadoras de ovinos têm exemplificado as possibilidades de cooperação e desenvolvimento conjunto que ampliam as oportunidades de solidificação de fontes de renda seguras para esses trabalhadores resgatados.

Novas associações em 2025

O ano de 2025 marcou um duplo movimento no Vida Pós Resgate: a consolidação dos apoios já iniciados em anos anteriores e a expansão do número de associações apoiadas, ampliando inclusive o alcance geográfico das iniciativas. Ainda no Território do Sisal, três novas associações - compostas, ao todo, por quatro unidades produtivas - foram fundadas e passaram a integrar o conjunto de organizações formadas por trabalhadores resgatados e seus familiares apoiadas pelo projeto. Além destas, foram fundadas duas associações no norte do estado de Minas Gerais, nos municípios de Berilo e Chapada do Norte, compostas também por quatro unidades produtivas, representando uma concretização do alcance nacional do Vida Pós Resgate, que agora atende não apenas associações situadas na Bahia, mas também essas duas novas associações que ficam na região do Vale do Jequitinhonha mineiro.

Associação no município de Bonito/BA

A Associação Vida Pós-Resgate em Bonito foi fundada em abril de 2025 no município baiano de Bonito. Composta por 13 associados oriundos de resgate na colheita do café no estado do Espírito Santo, esta associação possui duas unidades produtivas situadas na zona rural do município. Assim como em outras associações, estes terrenos foram cedidos à associação gratuitamente em regime de comodato.

A atividade prioritária escolhida pelos associados para fomento do projeto foi a criação agroecológica de galinhas caipiras e já em outubro de 2025 a associação concluiu as obras de duas granjas, destacando-se pela rapidez com que as estruturas foram construídas e a qualidade atestada por profissionais do projeto. Além das granjas, cada uma das unidades produtivas possui um poço artesiano, que foi posto em funcionamento com o trabalho dos associados e o apoio do projeto na parte dos materiais. Também foram escavados tanques com cerca de 200 mil litros de capacidade, assegurando uma fonte hídrica estável para todas as atividades produtivas da associação. Há, inclusive, um tanque para eventual criação de peixes, agregando às alternativas produtivas. Os dois terrenos também já possuíam produção de café, que foi incorporada no fomento do projeto para profissionalização e expansão, possibilitando mais uma fonte de renda para a associação. Inclusive, o projeto adquiriu máquinas para beneficiamento dos grãos (torradeiras e moedeira).

A criação das galinhas já se encontra avançada e estruturada e a expectativa é de que no primeiro semestre de 2026 comecem as vendas de ovos, inclusive com o objetivo de firmar parceria institucional com a prefeitura para que estes e outros produtos alimentares possam compor a merenda escolar do município, no âmbito do PNAE. Essa também é uma iniciativa buscada nas outras associações fomentadas pelo projeto, como forma de assegurar uma renda para os associados e de estimular a economia local através de iniciativas agroecológicas.

Associação no município de Várzea Nova/BA

A Associação Vida Nova foi fundada em julho de 2025 no município de Várzea Nova. A associação é composta por 6 associados e possui uma unidade produtiva localizada na zona rural do município. O terreno foi cedido à associação gratuitamente em regime de comodato. Os associados optaram pela criação agroecológica de galinhas caipiras como sua atividade principal. Deste modo, o projeto realizou visitas para preparar tecnicamente os associados para essas atividades e para o cotidiano dessa forma de organização coletiva, orientando-os sobre associativismo e práticas de cooperação. Além disso, a equipe da Fundacentro também visitou esta e outras novas associações no

ano de 2025 para orientações sobre saúde e segurança do trabalho. A obra da granja encontra-se em andamento, a partir do trabalho dos associados e do acompanhamento técnico do projeto.

Associação no município de São Gabriel/BA

A Associação Vida Nova Pós Resgate de Boqueirão dos Carlos em São Gabriel/BA foi fundada em setembro de 2025 no município de São Gabriel. A associação é composta por 6 associados e possui uma unidade produtiva localizada no povoado de Boqueirão do Carlos, zona rural do município. Como em outras associações, o terreno foi cedido à associação gratuitamente em regime de comodato. Os associados também fizeram a escolha da criação agroecológica de galinhas caipiras como a atividade produtiva central da associação.

O Vida Pós Resgate visitou a associação com o intuito de instruí-los sobre associativismo e sobre o que esperar dessa atividade produtiva e de possíveis outras futuras, destacando também os desafios e compromissos de cada associado para o sucesso do empreendimento.

A obra da granja encontra-se em andamento tal como na associação localizada no município de Várzea Nova. Assim como em todas as outras associações, o projeto entrega materiais e fornece o todas as orientações e acompanhamento técnico necessários para o avanço da iniciativa, capacitando os associados para que no futuro possam tocar seus negócios de forma autônoma e bem-sucedida.

Associações nos municípios de Berilo/MG e Chapada do Norte/MG

Dentre as mais recentes associações fomentadas pelo Vida Pós Resgate, estão as situadas no estado de Minas Gerais, concretizando um momento de expansão geográfica desta política pública e da imersão em novos desafios. A associação situada no município de Berilo, fundada em dezembro de 2025, é composta por duas unidades produtivas, com um número total de 15 associados, sendo estes trabalhadores resgatados no Sul de Minas Gerais e seus familiares.

A associação também tem como atividade produtiva principal a criação agroecológica de galinhas, seguindo o exemplo de sucesso que tem caracterizado a implementação desse empreendimento em outras associações atendidas pelo Vida Pós Resgate. As construções têm previsão de conclusão nos primeiros meses de 2026, com a expectativa de que a associação possa iniciar a venda dos ovos já no primeiro semestre de 2026.

Essa também é a atividade produtiva e a previsão que se aplica ao caso da associação localizada no município de Chapada do Norte, que foi fundada em dezembro de 2025 e conta com 10 associados, divididos em duas unidades produtivas. As duas associações representam um momento

significativo na trajetória do Vida Pós Resgate, sinalizando novos desafios diante da expansão da sua atuação para além dos limites do território baiano.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

- a) Por meio das associações, o projeto busca emancipar as pessoas do mercado de trabalho, eliminando a condição de vulnerabilidade que marca a vida dos resgatados. Os trabalhadores deixarão de depender da conjuntura do mercado de trabalho para sobreviver e manterão sua trajetória de vida ligada às atividades rurais, em condições autônomas.
- b) É uma política pública que promove a agricultura familiar e pode colaborar para mitigar o êxodo rural. Com as associações em pleno funcionamento, haverá um forte desestímulo ao aliciamento de trabalhadores, já que eles poderão viver dignamente em seus locais de origem.
- c) O Vida Pós Resgate contribuirá para a levar soberania alimentar e nutricional a famílias marcadamente susceptíveis ao drama da fome.
- d) À medida que os empreendimentos se multiplicarem, o Vida pode se tornar uma política pública importante de combate à inflação dos alimentos, característica que acompanha nosso subdesenvolvimento econômico.
- e) A produção das associações ajudará a fortalecer as economias locais, dinamizando e gerando efeitos multiplicados em outras atividades produtivas, tanto pela compra de insumos, bens e serviços intermediários, quanto pela venda dos seus produtos finais.
- f) O Projeto, junto dos parceiros locais, sobretudo prefeituras, têm buscado o acesso a políticas públicas de compras institucionais para garantir mercados de médio prazo a preços justos. Estas políticas têm sido exitosas formas de retenção de renda entre agricultores familiares frente às oscilações de mercado.
- g) Os produtos das associações colaborarão para a disseminação de uma alimentação saudável, tanto para os produtores, quanto para a população local e, em particular, para os estudantes da rede pública por meio das compras institucionais.
- h) Em uma conjuntura dramática para o meio ambiente do planeta, a implantação

de sistemas produtivos com uso sustentável dos recursos da natureza valerá como grande exemplo a ser replicado por agentes públicos e privados, ainda mais pelo protagonismo de vítimas de formas extremas de exploração. O caráter ecologicamente sustentável também contribuirá para legitimar e fortalecer as associações.

- i) O Vida Pós Resgate pode servir para consolidar uma política de rastreamento da trajetória dos trabalhadores resgatados, permitindo uma melhor assistência às vítimas e a avaliação dos impactos e lacunas das ações do Estado para combater o trabalho análogo ao escravo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há séculos, iniciativas de produção democráticas, como pretende fomentar o Vida Pós Resgate, são tentadas. Grande parte do campo do trabalho é cética ou torce o nariz para essas organizações autônomas (quer elas se chamem fábricas recuperadas, cooperativas, economia solidária), mesmo quando reconhece as boas intenções dos envolvidos. Isso tem relação com a percepção de que são estratégias de sobrevivência precárias, instáveis, que não se ampliam, não oferecem alternativa de fato e podem até tirar o foco da relação com o capital. Mesmo quando um empreendimento dá certo economicamente, tal sucesso pode corromper seu caráter democrático, e há sempre a chance de degradingolar sua natureza.

Essa desconfiança é compreensível. Contudo, se há um horizonte de construção de uma sociedade efetivamente democrática, não há como fugir desses desafios, pois é pouco crível que democracia no trabalho floresça repentinamente ou por geração espontânea. Ademais, as iniciativas de produção não assalariadas precisam ser valorizadas pois, ao gerar uma alternativa ao status quo, podem ajudar a reposicionar os termos do debate. Qualquer tentativa de trabalho associado, seja dialogando com políticas públicas, seja de maneira completamente autônoma, deve enfocar as seguintes questões:

- a) O caráter coletivo das iniciativas. Para confrontar a narrativa empresarial, é necessário denunciar a abordagem de “empreendedor” individual atualmente hegemônica. A potência do trabalho e do avanço da economia (capitalista, inclusive) é de natureza coletiva. Pessoas atomizadas tendem a não conseguir

mais que economia da sobrevivência. Com o nível de produtividade atual, um empreendimento com trabalho efetivamente autônomo tem de ser coletivo. A iniciativa individual é inviável como política pública, pois a força produtiva é social. Do contrário, teremos apenas grãos de areia de sucesso, seja em atividades pontuais (o artista, por exemplo), seja assalariando outras pessoas.

- b) A democracia e a participação dos envolvidos. Esses são valores de difícil questionamento, mas também de difícil aplicação. Em geral, as pessoas passam a vida no trabalho subordinado. Tomar a iniciativa e de forma partilhada não é fácil.
- c) Ademais, o risco de hierarquização é constante, decorrendo de fatores internos (disputas e diferenciação) ou da precarização do empreendimento por adaptação ao mercado (condições dos fornecedores, preferências dos compradores etc.). A formação de redes de fornecedores e consumidores que também não sejam empresas pode ajudar a enfrentar essa dificuldade.
- d) O caráter não compulsivo da produção (riqueza pela riqueza) e a finalidade social de bem coletivo. Atualmente, o empreendedorismo incentiva o individualismo. O campo do trabalho precisa enfatizar sociedades coletivas e com finalidade de interesse público, como produção de alimentação saudável, preservação do meio ambiente etc., ajudando a criar identidade interna, legitimar socialmente as iniciativas e pautar o debate.

Corroborando a literatura, os achados do projeto Vida Pós-Resgate, em suas atividades de pesquisa, já corroboravam os dilemas enfrentados pelos empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores. Das 10 organizações rurais pesquisadas, em 2021, todas contam com mais de 30 membros e, em média, 21 anos de existência (apenas uma tem menos de 10 anos), ou seja, não são muito pequenas e operam há tempo suficiente para algumas avaliações. Além das dificuldades com crédito e escoamento, o principal problema enfrentado, segundo os entrevistados, é a falta de participação dos membros nas atividades das organizações. Seis deles fizeram referência explícita a situações como: “nem todos participam efetivamente do trabalho da associação”, “o principal conflito hoje é a falta de articulação. Voltou todo mundo a andar só” ou “não tem muito aquela coisa do cooperativismo, eles entram com aquela coisa ‘O que eu tenho a ganhar?’”.

- e) Insistência nos empreendimentos dos trabalhadores. Empresas capitalistas não são bem-sucedidas de uma hora para outra. Mais que isso, a maior parte não dá

certo e fecha com pouco tempo de operação. Empresas capitalistas abrem e fecham aos milhões. Algumas dão certo, outras não, e mesmo assim sua lógica de operação vai se arraigando. Por isso, tentativas alternativas têm de ser feitas não simplesmente para dar certo, mas até que deem certo, por meio do aprendizado e dos ajustes no processo. É preciso encarar o problema como dinâmica pedagógica. Os casos de sucesso e de fracasso dessas iniciativas devem ser estudados para aprendermos, já que democracia no trabalho é uma opção valorativa, não apenas uma estratégia.

Se as experiências democráticas não tiverem apoio e engajamento das forças do trabalho, se não houver recursos (como demanda), elas tendem, de fato, a enfrentar muitas dificuldades. Nesse sentido, é importante disputar o orçamento público para os empreendimentos dos trabalhadores, não o faz de conta atual, composto de migalhas. Não se deve achar que o Estado será benfeitor nem que ele será a solução, mas é possível buscar brechas para disputar recursos e estimular esse laboratório dos trabalhadores. Assim como o direito do trabalho é importante mesmo que não vá emancipar o trabalho, o apoio estatal pode ajudar a começar a naturalizar essas experiências.

É isso que o projeto Vida Pós-Resgate faz no campo das políticas públicas, servindo como uma inovação às políticas de autonomia no campo. Com os recursos das indenizações pagas pelos empresários por submeter trabalhadores a condições análogas às da escravidão, o Estado compra e equipa terras, adquire insumos e demais meios para que os trabalhadores, em seus locais de origem e de forma associada, produzam alimentos em bases saudáveis, promovendo, ao mesmo tempo, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

A democratização da produção é um projeto que se baseia em valores, que não vai dar certo espontaneamente e que se defronta com grandes desafios. Mas se quisermos mudar o status quo, se quisermos outra sociedade e se quisermos melhorar um pouco a atual sociedade, iniciativas autônomas ajudam muito, e as dificuldades precisam ser enfrentadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo**. Brasília, DF: SEDH, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/bitstream/123456789/979/1/II%20Plano%20Nacional%20para%20a%20Erradicacao%20do%20Trabalho%20Escravo-Versao%20Atual.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil avança no combate ao trabalho escravo: resultados das ações de 2024 e os 30 anos da política de erradicação**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/brasil-avanca-no-combate-ao-trabalho-escravo-resultados-das-acoes-de-2024-e-os-30-anos-da-politica-de-erradicacao>. Acesso em: 5 abr. 2026.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil: sentença de 20 de outubro de 2016 (exceções preliminares, mérito, reparações e custas)**. San José da Costa Rica: Corte IDH, 2016. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

DANDRADE, Wladimir. Reincidência no trabalho escravo chegou a 59%. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 out. 2011. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,reincidencia-no-trabalho-escravo-chegou-a-59-imp-,790577>. Acesso em: 5 abr. 2026.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Padrão de atuação da fiscalização do trabalho no Brasil: mudanças e reações. **Política & Trabalho** (UFPB. Impresso), v. 1, p.147-173, João Pessoa, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **OIT pede apoio socioeconômico a resgatados de trabalho escravo no Brasil**. Brasília, DF: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_616812/lang--pt/index.htm. Acesso em: 5 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil**. Brasília, DF: OIT, 2011. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/@ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227533.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

Dados de autoria

Vitor Araújo Filgueiras

Pós-doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2016). Estágio de Pós-doutorado (SOAS, Universidade de Londres, 2015). Doutorado em Ciências Sociais pela UFBA (2012). Mestrado em Ciência Política pela UNICAMP (2008). Coordenador de Projetos da Fundacentro (Ministério do Trabalho). Professor de economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA (2022-2023). Professor visitante da Universidade Complutense de Madri (Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales) (2019-2020). Visiting Scholar na Universidade da Califórnia, Irvine School of Law (2024). Vice-Presidente (2022-2023) e Secretário (2018-2019) da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Foi Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho entre 2007 e 2017. E-mail: fvitor@ufba.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5688800447460514>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3284-9178>.

Rafael Vieira da Silva

Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Relações Internacionais pela UFBA. Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge). Membro dos grupos de pesquisa Globalização da Política (GLOPOLI) e América Latina e Relações Internacionais Globais. Integra, enquanto pesquisador, o Projeto Vida Pós Resgate para reassentamento de trabalhadores resgatados de situações análogas ao regime de trabalho escravo no Brasil, atualmente vinculado a Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail:

rafaelspt@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7546326994285916>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3522-1124>.

Ivan Siqueira Barreto

Doutorando em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFS (2014). Graduado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (2011). Integrante do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico (GEPODE/UFBA). Integra, enquanto pesquisador e extensionista, o Projeto Vida Pós Resgate para reassentamento de trabalhadores resgatados de situações análogas ao regime de trabalho escravo no Brasil, atualmente vinculado a Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5904879876653410>. E-mail: ivan_sbarreto@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3088-5209>.